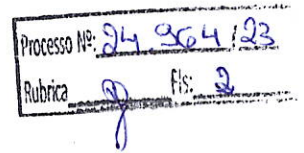


**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: 9bbf76db-4ffb-4d30-98cf-04066b4fa584

Protocolo: Processo Requerimento Nº 024964/2023

Data: 19/09/2023 13:54:05

Origem: EPL COMERCIO R SERVIÇOS LTDA
*** contatos indisponíveis ***Contato: EPL COMERCIO R SERVIÇOS LTDA
*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: ROSA AMÉLIA LEMOS SILVA

Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS

Detalhamento: RECURSO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES[versão completa](#)

por ordem das atividades mais recentes

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA 19/09/2023 14:08:10	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILMO (A) SR. (A) PREGOEIRO (A), PRESIDENTE SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 11.684/2022

Objeto: O objeto da presente licitação é Aquisição de veículo utilitário 0km, para a estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, objeto da Emenda Parlamentar SIGTV nº 20213981005, em conformidade com a Portaria nº 69 de 24/06/2022 que estabelece o rol padronizado de veículos, equipamentos e materiais permanentes que podem ser adquiridos com recursos transferidos pelo Ministério da Cidadania, bem como com o Decreto municipal nº 190/2013, que institui a padronização da frota de veículos leves e pesados do Município na marca Volkswagen e dá outras providências, para atender a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Friburgo - APAE, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste edital.

A empresa EPL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 34.823.191/0001-03, estabelecida na Rodovia Amaral Peixoto, 89801 - LOTE 53 - PARQUE HOTEL - ARARUAMA/RJ - CEP - 28.981-626, vem, respeitosamente, interpor o presente RECURSO com base legal no artigo 4º, XVIII, da lei nº 10.520/02 e artigo 44, §1º, do Decreto nº 10.024/19, contra decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente e declarou vencedora a empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir:

I - Da tempestividade

O presente recurso encontra-se tempestivo com base no artigo 4º, XVIII, da lei nº 10.520/02, sendo concedido o prazo até o dia 18/09/2023.

II - Dos fatos subjacentes

A empresa recorrente participou do referido pregão eletrônico, com as mais estritas observâncias das exigências editalícias e logrou-se vencedora. Porém por motivos do recurso interposto pela empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA, foi encaminhado para a análise da equipe técnica e esta decidiu que "As especificações do Veículo licitado divergem das solicitadas no Edital" por não ser o modelo "Trendline CS".

Em razão disso foi realizada a volta da fase e convocação da próxima empresa, sendo habilitada a empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA. Por esse motivo, de forma respeitosa, passaremos a apresentar nossas razões do recurso.

III - Das razões da reforma

Preliminarmente, a empresa EPL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA foi inabilitada por ter oferecido o modelo "Saveiro Robust" e não o modelo "Trendline CS", sendo afirmado que o modelo "Saveiro Robust" oferecido não atenderia ao edital.

No entanto, de acordo com o Termo de Referência, foram solicitadas as seguintes especificações:

"Veículo utilitário com carroceria tipo pick-up(zero quilômetro), capacidade mínima para 2(dois) lugares, motorização 1.6, 116 cv(E), 2 portas, direção hidráulica, vidros elétricos, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha, com protetor de cárter de fábrica (original), direção hidráulica, cor branca com padronização visual com identificação do Ministério da Cidadania, combustível gasolina e etanol ou diesel ou superior, ar condicionado de fábrica, equipado com todos os acessórios exigido s pelo CONTRAN, documentação (emplacamento/licenciamento) em nome do ente federado, garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses."

Conforme especificações descritas, não há nada que a Saveiro Robust (modelo apresentado pela recorrente) não tenha, todos os itens atendem 100% ao edital. Além disso, as especificações não descrevem as características do modelo "Trendline CS", o que diferencia de um modelo para outro, no Termo de Referência, seria tão somente a nomenclatura do modelo, tendo em vista que, por mencionar o modelo específico torna a licitação ilegal, infringindo princípios constitucionais.

Conforme firmado em Ata da Sessão, a recorrente foi habilitada após e-mail recebido pelo pregoeiro para confirmação do modelo ofertado, tendo a empresa EPL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA enviado por e-mail a seguinte resposta:

Boa tarde!

Segundo o termo de referência, o modelo Saveiro Robust atende completamente ao edital. Cotamos em diversas concessionárias Volkswagen e o modelo Saveiro Trendline CS não tem disponibilidade de compra, a fábrica não está enviando para concessionárias, ou seja, tendo risco de não conseguirmos entregar o modelo Trendline. Por esse motivo enviamos o catálogo da Saveiro Robust pois este atende 100% ao solicitado no edital. Tendo em vista que é proibida a especificação e característica exclusiva, vedação essa que visa garantir o princípio da impessoalidade, pois não há diferença importante entre os dois modelos, e, que o edital não solicita. Não sendo assim entendido e nossa empresa sendo desclassificada, a Administração não estará cumprindo o princípio da Proposta Mais Vantajosa, sem motivos plausíveis, havendo assim a necessidade de impetrar Recurso

contra decisão.
Atenciosamente,
Emilly Dossa
Departamento Jurídico
EPL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Processo Nº: 24.964.23
Rubrica: 8 Fls: 4

O objetivo deste certame é a contratação da proposta que atenda ao edital e ofereça a proposta mais vantajosa à Administração Pública, objetivando a minimização dos gastos públicos, sem comprometimento dos padrões de qualidade.

A diferença da versão Trendline oferecida pela recorrida para modelo Robust é somente em relação aos acessórios, como o som, alto-falantes dianteiros, farol de neblina. Itens que não são descritos no Termo de Referência, não alteram o desempenho do veículo, sendo questão de estética. Não há sentido a Administração adquirir um veículo mais caro por motivo de estética, além de infringir um dos principais princípios e objetivo da Licitação Pública: o da competitividade e o da proposta mais vantajosa.

O processo licitatório existe para garantir o princípio da impessoalidade na Administração Pública, o gestor público deve agir de maneira objetiva, para atender ao interesse público da melhor forma, e não de acordo com seus interesses pessoais. Todos os licitantes devem ser tratados de maneira igual, sem privilégios pessoais, e deverá ser adquirido o melhor produto que necessita pelo melhor preço.

Sendo de comum sabedoria forense que a vinculação aos termos e às exigências do edital de licitação deve ser observada por todos os licitantes, não podendo a exigência nele prevista ser afastada para alguns deles, sob pena, também, de ser ofendido o princípio da isonomia dos licitantes, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

No objeto do Edital foi descrito que a licitação está de acordo com o "Decreto municipal nº 190/2013, que institui a padronização da frota de veículos leves e pesados do Município na marca Volkswagen", porém, vale mencionar que o decreto refere-se tão somente à marca "VOLKSWAGEN", marca esta oferecida pela empresa recorrente e não ao Modelo. Diante disso, não há que se falar que a licitação está de acordo com o decreto.

O edital, além de restringir a participação por mencionar marca exclusiva justificando a padronização do Decreto municipal nº 190/2013, exige o modelo específico "TRENDILINE", violando vários princípios Constitucionais, como da igualdade, impessoalidade, legalidade.

Fundamenta a utilização do Decreto municipal nº 190/2013, por proporcionar economia ao Município, não sendo verdade, pois, contratando veículo mais caro com as mesmas características e finalidades do veículo oferecido pela empresa EPL, ora recorrente, e que oferece a proposta mais vantajosa, estão agindo com rigorismo excessivo e desvio de poder, desviando-se da finalidade para contratar proposta mais onerosa para a Administração Pública, infringindo, também, o princípio da probidade administrativa e causando prejuízo ao erário.

A utilização da padronização de marcas deverá ter uma justificativa plausível, esta deve ser compatibilizada com os demais princípios que norteiam a matéria, especialmente os da competitividade e da isonomia, não podendo haver direcionamento que contorne tais princípios.

Como entendeu o Egrégio Tribunal de Contas da União, em decisão plenária na qual pontuou, ainda, o seguinte:

"O advérbio 'comprovadamente' constitui condição fundamental para admitir-se tal linha de orientação. A invocação do princípio da padronização como argumento para estreitar o campo da competição licitatória, ou mesmo para declará-la inexigível, requer justificativa circunstanciada e objetiva dos motivos e condições que, no caso concreto, conduzem o administrador à conclusão de que sua preservação não se compatibiliza com a realização da licitação, ou que o certame, se realizado, deva circunscrever-se a equipamentos ou produtos de determinada procedência. É indispensável exigir-se essa comprovação, formalmente aprovada pela instância decisória superior ao responsável pelo contrato, em cada hipótese, para que não se generalize nem se vulgarize a invocação, a qualquer pretexto, do princípio da padronização como fórmula corriqueira para contornar a licitação na aquisição de quaisquer bens e materiais correntes, que, pelas características técnicas, sejam de marcas e padrões de fabricação facilmente intercambiáveis".

Estabelece o § 5º do art. 7º da Lei 8666/93 que é vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços com características e especificações exclusivas.

Além do mais o § 6º do art. 7º da mesma Lei dispõe:

§ 6º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

É consabido que não é autorizado ao administrador público elaborar editais com discriminações arbitrárias, com características impostas por uma subjetividade, que se contrapõe ao objetivo do instituto da licitação, que, em verdade, se direciona ao princípio da competitividade, com os olhos voltados para a melhor proposta que atenda às necessidades administrativas, sem favorecimentos ou exigências desnecessárias.

Confira-se a doutrina de Renato Geraldo Mendes, quando tece comentários a respeito do artigo 7, § 5º 1, da Lei nº 8.666/93: "Nesse sentido, o que o legislador pretendeu com a proibição prevista no § 5º do art. 7º e no inc. I do § 7º do art. 15, ambos da lei nº 8.666/93, foi deixar claro que o objeto deve ser descrito de forma a não discriminar ou não afastar competidores imotivadamente, pois a indicação de marca, com regra, restringe a disputa

e cria um beneficiário, sem que haja uma justificativa técnica prévia para isso."

Diante disso, após a análise desse recurso, não sendo reparados tais defeitos do procedimento, caso a Administração entenda que o veículo oferecido pela empresa EPL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA não atende ao edital e à finalidade dessa licitação, e não venha a ser contratada, este processo licitatório deverá ser ANULADO, pois decorre de uma ilegalidade, isto é, de uma ofensa ao ordenamento jurídico com evidência a ilegalidade do ato convocatório, sendo passível de denúncia ao Tribunal de Contas.

IV - Dos Pedidos

Conforme os fatos e argumentos apresentados nestas RAZÕES RECURSAIS, solicitamos que:

I- O presente recurso seja julgado PROVIDO;

II- Reconhecendo-se o equívoco e a ilegalidade da decisão em desclassificar a recorrente, seja esta reanalisada e a empresa prossiga para a habilitação e contratação da empresa EPL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pois apresentou a proposta mais vantajosa e atende integralmente as exigências do EDITAL;

III- Requer-se que, mantida decisão em desclassificar a recorrente, faça este subir, devidamente informados, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

IV- Após ser analisado pela autoridade superior e sendo mantida decisão e não sendo o vício corrigido, requer-se a anulação do processo licitatório, conforme o § 6º do art. 7º da Lei 8666/93.

Termos em que,
Pede Deferimento

Araruama/RJ, 18 de Setembro de 2023.

VICENZO PAOLO NIRELLO
RG nº. 381695157
CPF nº 112.081.147-35
PROPRIETÁRIO

Fechar

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023.

Processo Licitatório nº: 11.684/2022

Processo Recurso nº: 24.964/2023

OBJETO: Aquisição de veículo utilitário 0km, para a estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, objeto da Emenda Parlamentar SIGTV nº 20213981005, em conformidade com a Portaria nº 69 de 24/06/2022 que estabelece o rol padronizado de veículos, equipamentos e materiais permanentes que podem ser adquiridos com recursos transferidos pelo Ministério da Cidadania, bem como com o Decreto municipal nº 190/2013, que institui a padronização da frota de veículos leves e pesados do Município na marca Volkswagen e dá outras providências, para atender a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Friburgo - APAE.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa EPL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 34.823.191/0001-03, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 24.964/2023.

Comissão de Pregão I


I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 14/09/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 11.684/2022, a empresa EPL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3, 4 e 5.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

A empresa recorrente participou do referido pregão eletrônico, com as mais estritas observâncias das exigências editalícias e logrou-se vencedora. Porém, após recurso interposto pela empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA, a equipe técnica decidiu que "As especificações do Veículo licitado divergiam das solicitadas no Edital" por não ser o modelo "Trendline CS".

Em razão disso, foi realizada a volta da fase e convocação da próxima empresa, sendo habilitada a empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA. 

Preliminarmente, a empresa EPL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA foi inabilitada por ter oferecido o modelo "Saveiro Robust" e não o modelo "Trendline CS", sendo afirmado que o modelo "Saveiro Robust" oferecido não atenderia ao edital.

No entanto, de acordo com o Termo de Referência, foram solicitadas as seguintes especificações:

Comissão de Pregão I

"Veículo utilitário com carroceria tipo pick-up (zero quilômetro), capacidade mínima para 2(dois) lugares, motorização 1.6, 116 cv(E), 2 portas, direção hidráulica, vidros elétricos, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha, com protetor de cárter de fábrica (original), direção hidráulica, cor branca com padronização visual com identificação do Ministério da Cidadania, combustível gasolina e etanol ou diesel ou superior, ar condicionado de fábrica, equipado com todos os acessórios exigido s pelo CONTRAN, documentação (emplacamento/licenciamento) em nome do ente federado, garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses."

Conforme especificações descritas, não há nada que a Saveiro Robust (modelo apresentado pela recorrente) não tenha, todos os itens atendem 100% ao edital. Além disso, as especificações não descrevem as características do modelo "Trendline CS". O que diferencia de um modelo para outro, no Termo de Referência, seria tão somente a nomenclatura do modelo, tendo em vista que, por mencionar o modelo específico tornaria a licitação ilegal, infringindo princípios constitucionais.

Conforme firmado em Ata da Sessão, a recorrente foi habilitada após e-mail recebido pelo pregoeiro para confirmação do modelo ofertado, tendo a empresa EPL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA enviado por e-mail a seguinte resposta:

"Boa tarde!

Segundo o termo de referência, o modelo Saveiro Robust atende completamente ao edital. Cotamos em diversas concessionárias Volkswagen e o modelo Saveiro Trendline CS não tem disponibilidade de compra, a fábrica não está enviando para concessionárias, ou seja, tendo risco de não conseguirmos entregar o modelo Trendline. Por esse motivo enviamos o catálogo da Saveiro Robust pois este atende 100% ao solicitado no edital. Tendo em vista que é proibida a



Comissão de Pregão I

especificação e característica exclusiva, vedação essa que visa garantir o princípio da impessoalidade, pois não há diferença importante entre os dois modelos, e, que o edital não solicita.

Não sendo assim entendido e nossa empresa sendo desclassificada, a Administração não estará cumprindo o princípio da Proposta Mais Vantajosa, sem motivos plausíveis, havendo assim a necessidade de impetrar Recurso contra decisão.

Atenciosamente,

Emilly Dossa

Departamento Jurídico

EPL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA"

O objetivo deste certame é a contratação da proposta que atenda ao edital e ofereça a proposta mais vantajosa à Administração Pública, objetivando a minimização dos gastos públicos, sem comprometimento dos padrões de qualidade.

A diferença da versão Trendline oferecida pela recorrida para modelo Robust é somente em relação aos acessórios, como o som, alto-falantes dianteiros, farol de neblina. Itens que não são descritos no Termo de Referência, não alteram o desempenho do veículo, sendo questão de estética. Não há sentido a Administração adquirir um veículo mais caro por motivo de estética, além de infringir um dos principais princípios e objetivo da Licitação Pública: o da competitividade e o da proposta mais vantajosa.

O processo licitatório existe para garantir o princípio da impessoalidade na Administração Pública, o gestor público deve agir de maneira objetiva, para

Comissão de Pregão I

atender ao interesse público da melhor forma, e não de acordo com seus interesses pessoais. Todos os licitantes devem ser tratados de maneira igual, sem privilégios pessoais, e deverá ser adquirido o melhor produto que necessita pelo melhor preço.

Sendo de comum sabedoria forense que a vinculação aos termos e às exigências do edital de licitação deve ser observada por todos os licitantes, não podendo a exigência nele prevista ser afastada para alguns deles, sob pena, também, de ser ofendido o princípio da isonomia dos licitantes, de acordo com o art. 3º da Lei n.º 8.666/1993.

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

No objeto do Edital foi descrito que a licitação está de acordo com o "Decreto municipal nº 190/2013, que institui a padronização da frota de veículos leves e pesados do Município na marca Volkswagen", porém, vale mencionar que o decreto refere-se tão somente à marca "VOLKSWAGEN", marca esta oferecida pela empresa recorrente e não ao Modelo. Diante disso, não há que se falar que a licitação está de acordo com o decreto.

O edital, além de restringir a participação por mencionar marca exclusiva justificando a padronização do Decreto municipal nº 190/2013, exige o modelo específico "TRENDILINE", violando vários princípios Constitucionais, como da igualdade, impessoalidade, legalidade.



Comissão de Pregão I

Fundamenta a utilização do Decreto municipal nº 190/2013, por proporcionar economia ao Município, não sendo verdade, pois, contratando veículo mais caro com as mesmas características e finalidades do veículo oferecido pela empresa EPL, ora recorrente, e que oferece a proposta mais vantajosa, estão agindo com rigorismo excessivo e desvio de poder, desviando-se da finalidade para contratar proposta mais onerosa para a Administração Pública, infringindo, também, o princípio da probidade administrativa e causando prejuízo ao erário.

A utilização da padronização de marcas deverá ter uma justificativa plausível, esta deve ser compatibilizada com os demais princípios que norteiam a matéria, especialmente os da competitividade e da isonomia, não podendo haver direcionamento que contorne tais princípios.

Como entendeu o Egrégio Tribunal de Contas da União, em decisão plenária na qual pontuou, ainda, o seguinte:

"O advérbio 'comprovadamente' constitui condição fundamental para admitir-se tal linha de orientação. A invocação do princípio da padronização como argumento para estreitar o campo da competição licitatória, ou mesmo para declará-la inexigível, requer justificção circunstanciada e objetiva dos motivos e condições que, no caso concreto, conduzem o administrador à conclusão de que sua preservação não se compatibiliza com a realização da licitação, ou que o certame, se realizado, deva circunscrever-se a equipamentos ou produtos de determinada procedência. É indispensável exigir-se essa comprovação, formalmente aprovada pela instância decisória superior ao responsável pelo contrato, em cada hipótese, para que não se generalize nem se vulgarize a invocação, a qualquer pretexto, do princípio da padronização como fórmula corriqueira para contornar a licitação na aquisição de quaisquer bens e materiais

[assinatura]



Comissão de Pregão I

correntes, que, pelas características técnicas, sejam de marcas e padrões de fabricação facilmente intercambiáveis".

Estabelece o § 5º do art. 7º da Lei 8666/93 que é vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços com características e especificações exclusivas.

Além do mais o § 6º do art. 7º da mesma Lei dispõe:

"§ 6º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa".

É consabido que não é autorizado ao administrador público elaborar editais com discriminações arbitrárias, com características impostas por uma subjetividade, que se contrapõe ao objetivo do instituto da licitação, que, em verdade, se direciona ao princípio da competitividade, com os olhos voltados para a melhor proposta que atenda às necessidades administrativas, sem favorecimentos ou exigências desnecessárias.

Confira-se a doutrina de Renato Geraldo Mendes, quando tece comentários a respeito do artigo 7, § 5º 1, da Lei nº 8.666 /93: "Nesse sentido, o que o legislador pretendeu com a proibição prevista no § 5º do art. 7º e no inc. I do § 7º do art. 15, ambos da lei nº 8.666 /93, foi deixar claro que o objeto deve ser descrito de forma a não discriminar ou não afastar competidores imotivadamente, pois a indicação de marca, com regra, restringe a disputa e cria um beneficiário, sem que haja uma justificativa técnica prévia para isso."

Diante disso, após a análise desse recurso, não sendo reparados tais defeitos do procedimento, caso a Administração entenda que o veículo oferecido pela empresa EPL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA não atende ao edital e à finalidade dessa licitação, e não venha a ser contratada, este processo licitatório



Comissão de Pregão I

deverá ser ANULADO, pois decorre de uma ilegalidade, isto é, de uma ofensa ao ordenamento jurídico com evidencia a ilegalidade do ato convocatório, sendo passível de denúncia ao Tribunal de Contas.

III. DAS CONTRARRAZÕES

A empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA não apresentou contrarrazões.

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

O município de Nova Friburgo utiliza o Decreto municipal nº 190/2013, que institui a padronização da frota de veículos leves e pesados do Município na marca Volkswagen, dito isto os modelos a serem solicitados devem estar disponibilizados pela marca.

Quanto às definições das especificações do objeto JUSTEN FILHO (2009, p. 133) complementa com maestria tornando singela esta compreensão:

"Como regra, toda e qualquer licitação exige que a Administração estabeleça, de modo preciso e satisfatório, as condições da disputa. Mais precisamente, a Administração tem de licitar aquilo que contratará – o que significa dominar, com tranquilidade, todas as condições pertinentes ao objeto a ser licitado [...]".

A União, Tribunal de Contas (2007) não deixou ao desamparo tão árdua tarefa dos administradores públicos, edificando entre suas



Comissão de Pregão I

jurisprudências predominantes a Súmula nº 177, com conteúdo específico à definição do objeto da licitação, assim redigida:

"A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão. (BRASIL, 2011)".

Nas palavras de FERNANDES (1996) "o novo diploma exige, em acatamento ao princípio fundamental que adota, - o princípio da isonomia - que todos os candidatos à contratação saibam com precisão os limites a que ficarão sujeitos se contratarem com o poder público."

Cabe salientar que nenhuma empresa apresentou pedido de impugnação, ou solicitou esclarecimentos quanto a escolha do modelo do veículo solicitado, além disso todas afirmaram através do sistema concordar com o edital e seus anexos para participar da licitação. *BM*

A empresa EPL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA apresentou em suas propostas comerciais as fls. 474 a 476 o veículo com a especificação Saveiro Trendiline CS, entretanto, o catálogo apresentado divergia do modelo apresentado na proposta, e, ao ser questionada, a empresa informou ser um modelo diferente, conforme a mesma confirmou em sua peça recursal.

Comissão de Pregão I

Conforme parecer técnico da Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados as fls. 56 a 60 do processo administrativo 17.758/2023, o veículo Saveiro Trendiline CS, possui um valor de tabela superior ao valor de tabela referente a Saveiro Robust e tal diferença se justifica devido aos itens superiores contidos no modelo Trendiline.

Portanto, a modificação do modelo altera os valores e os critérios da análise da proposta, ferindo o princípio da isonomia, já que os itens ofertados possuem valores diferentes e o veículo menos equipado tem valor reduzido.

Reitero em concordância com o já apresentado no processo administrativo 17.758/2023 e no processo 24.964/2023 e não vejo motivo para revisão das decisões anteriores.

V. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **TITONELI VEÍCULOS LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 091/2023, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**. *RM*

Ante o exposto, submeto as razões da recorrente aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, na forma que dispõe o item 19.5 do edital. Mantida a decisão, o recurso segue à autoridade superior da Secretaria Municipal de Assistência Social para manifestação, conforme documentação anexada aos autos.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 24.964/2023

RUBRICA: RP FOLHA: 16

Comissão de Pregão I

Ato contínuo, os autos deverão retornar a esta Comissão de Pregão I para ciência e demais providências cabíveis, conforme o caso.

Nova Friburgo, 25 de setembro de 2023.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934

À Procuradoria Geral do Município de Nova Friburgo

Processo nº 24.964/2023
Pregão Eletrônico: 091/2023

Trata-se o presente de recurso administrativo intentado pela empresa EPL COMÉRCIO SERVIÇOS LTDA., de forma tempestiva, alegando seu inconformismo, aduzindo em síntese, que participou do referido pregão eletrônico com as mais estritas observâncias das exigências editalícias e logrou-se vencedora. Porém por motivos de recurso interposto pela empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA., foi encaminhado para a análise da equipe técnica, sendo destacado que as especificações divergem das solicitadas no Edital, retornando, assim, a volta da fase e convocação da próxima empresa, sendo habilitada a empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA., insurgindo a Recorrente.

Ultrapassados tais pontos, cumpre primeiramente ressaltar que os fatos descritos no presente recurso já foi objeto de manifestação desta Pasta no processo nº 17.758/2023, onde se verificou ao analisar a proposta apresentada pela empresa EPL Comércio e Serviços Ltda., que a configuração anexada na referida proposta, NÃO se coaduna com a especificação do veículo no Termo de referência, e que não deveria sequer ser habilitada inicialmente pois a especificação apresentada é inferior ao descrito no TR e instrumento editalício.

Ademais, tal assertiva restou corroborada pela Subsecretaria de manutenção de veículos leves às fls. 58-60 daqueles autos, restando evidente que o modelo ofertado pela



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL,
DIREITOS HUMANOS,
TRABALHO E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Processo: 24.964/23

Rubr. 4 Fls. 18

empresa recorrente é inferior ao requisitado, não merecendo prosperar o Recurso Administrativo, por todo o exposto.

Assim, remeto os autos à Procuradoria Geral do Município para opinamento.

Após, retornem-se para manifestação final deste Gestor e encaminhamento à Comissão de Pregão.

Diego Asth da Silva

Secretário Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos
Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude

Matrícula: 63.262



Processo: 24.964/2023

Recorrente: EPL Comércio e Serviços Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 091 de 2023 - Processo Licitatório n. 11.684/2022

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 091 de 2023 - Processo Licitatório n. 11.684/2022, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de veículo utilitário 0km para a estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, objeto da Emenda Parlamentar SIGTV n. 20213981005 para atender a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Friburgo - APAE.

Em síntese, a recorrente afirma em suas razões (fls. 03/05) que se sagrou vencedora, porém, após recurso interposto pela empresa Titoneli Veículos Ltda., a equipe técnica decidiu que as especificações do veículo licitado divergiam das solicitadas no Edital por não ser o modelo Trendline CS, o que acarretou a convocação da próxima licitante, sendo habilitada a citada empresa.

Alega, ainda, que “foi inabilitada por ter oferecido o modelo “Saveiro Robust” e não o modelo “Trendline CS”, sendo afirmado que o modelo “Saveiro Robust” oferecido não atenderia ao edital”, no entanto, conforme especificações descritas no Termo de Referência, “não há nada que a Saveiro Robust (modelo apresentado pela recorrente) não tenha, todas os itens atendem 100% ao edital”.

Por fim, requer que seja reconhecido o equívoco e a ilegalidade da decisão em desclassificar a recorrente, prosseguindo com a sua habilitação e contratação.



A Comissão de Pregão I, em decisão de fls. 06/16, negou provimento ao recurso, aduzindo que (1) o Município de Nova Friburgo utiliza o Decreto Municipal n. 190/2013, que institui a padronização da frota de veículos leves e pesados na marca Volkswagen; (2) a empresa recorrente apresentou em suas propostas comerciais (fls. 474/476) o veículo com a especificação Saveiro Trendline CS, entretanto, o catálogo apresentado divergia do modelo apresentado na proposta e, ao ser questionada, informou ser um modelo diferente; (3) conforme parecer técnico da Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados às fls. 56 a 60 do processo administrativo 17.758/2023, o veículo Saveiro Trendline CS possui valor de tabela superior ao valor de tabela referente a Saveiro Robust e tal diferença se justifica devido aos itens superiores contidos no modelo Trendline; (4) a modificação do modelo altera os valores e os critérios da análise da proposta, ferindo o princípio da isonomia, já que os itens ofertados possuem valores diferentes.

Por fim, encaminhou os autos à Secretaria Municipal de Assistência Social para pronunciamento de ordem técnica, na forma do item 19.5 do Edital.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, em manifestação de fls. 17/18, afirmou que *“os fatos descritos no presente recurso já foram objeto de manifestação desta Pasta no processo nº 17.758/2023, onde se verificou, ao analisar a proposta apresentada pela empresa EPL Comércio e Serviços Ltda., que a configuração anexada pela empresa na referida proposta, NÃO se coaduna com a especificação do veículo no Termo de Referência, e que não deveria sequer ser habilitada inicialmente pois a especificação apresentada é inferior ao descrito no TR e instrumento editalício”*, bem como que *“tal assertiva restou corroborada pela Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves às fls. 58-60 daqueles autos, restando evidente que o modelo ofertado pela empresa recorrente é inferior ao requisitado, não merecendo prosperar o Recurso Administrativo”*.

Ao final, encaminhou os autos a esta Procuradoria-Geral para opinamento.

É o relatório.

h.



PROCESSO Nº 24964
DATA 17/10/23
Folhas Nº 21 Rubrica Felipe

II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

"Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação;

d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

[...]

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade." (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

"Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:



24964
17 70 23
22 Rubens Felipe

[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

[...]

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão”;

Como se pode ver, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Assistência Social, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 19.8 do edital assim dispõe:

“Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude, que decidirá de forma fundamentada, após manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal”.

Portanto, cabe ao Pregoeiro se manifestar de forma motivada acerca do recurso, após o que a Procuradoria poderá ser instada a emitir parecer, em caso de necessidade de pronunciamento de cunho jurídico, e a Secretaria Requisitante decidirá o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão.

li.



Ademais, cabe ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação. O art. 51 da Lei de Licitações e Contratos define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:

Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana¹, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

“Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei n° 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também incontestável que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro”.

Portanto, conclui-se que incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, a Comissão de Pregão I se manifestou motivadamente acerca do recurso (fls. 06/16), negando provimento e encaminhando o processo à Secretaria requisitante para manifestação.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, em manifestação de fls. 17/18, afirmou que os fatos descritos no presente recurso já foram objeto de manifestação nos autos do Processo n. 17.758/2023, onde se verificou que a configuração apresentada na proposta da empresa EPL Comércio e Serviços Ltda. não se coaduna com a especificação do veículo no Termo de Referência.

¹ SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.



De fato, o tema foi objeto do recurso apresentado nos autos do Processo Administrativo n. 17.758/2023 (apenso), onde esta Procuradoria-Geral exarou parecer de legalidade, nos seguintes termos:

“Compulsando os autos do processo licitatório, verifica-se que o Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico 091/2023 estabeleceu no item 2.1 a especificação do objeto, constando expressamente “Saveiro Trendline CS, com fundamento no Decreto Municipal n. 190/2013, que instituiu a padronização da frota de veículos leves e pesados do Município de Nova Friburgo na marca Volkswagen.

No tocante à padronização da frota de veículos do Município, uma vez instituída, deve constar do edital a marca e, se for o caso, o modelo do bem desejado, padronizado nos termos do decreto, dentre aqueles que apresente o melhor custo-benefício, conforme análise técnica da pasta gestora.

Como é de saber jurídico, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas.

Assim, a Administração tem o dever de respeitar aquilo que foi estabelecido pelo diploma editalício, não podendo, de forma alguma, esquivar-se das regras preliminarmente estabelecidas

Neste sentido, se a Administração estabeleceu no instrumento convocatório objeto específico, não pode aceitar objeto diverso, não só em razão do referido princípio, como também dos demais princípios inerentes à licitação, mormente os da igualdade e da impessoalidade.

No Acórdão 1033/2019-Plenário do TCU, o Relator Ministro Aroldo Cedraz afirmou que “a aceitação de equipamento diferente daquele constante da proposta do licitante e com características técnicas inferiores às especificações definidas no termo de referência afronta o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 3º e 41 da Lei 8.666/1993) e o princípio da isonomia, diante da possibilidade de as diferenças técnicas entre os bens influenciar não só no valor das propostas, como também na intenção de potenciais licitantes em participar do certame”.

Destarte, deve o procedimento ser encaminhado à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados para manifestação técnica acerca da proposta apresentada pela recorrida em confronto com o estabelecido no Termo de Referência, na forma do solicitado pela Secretaria de Assistência Social às fls. 35/38”.

Por conseguinte, verifica-se que a Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, às fls. 58/60 do supracitado processo, afirmou que o modelo solicitado pela Secretaria requisitante (Saveiro Trendline CS) possui valor tabelado superior ao modelo Saveiro Robust, apresentando itens superiores ao referido modelo apresentado pela recorrente.

h.



Afirmou, ainda, que *“fica evidente que o modelo ofertado é inferior ao requisitado, o que fere claramente o princípio da competitividade (...) dando provimento, neste caso, ao recurso impetrado pela empresa Titoneli Veículos Ltda.”*

Conclui-se, portanto, que a desclassificação da proposta da recorrente ocorreu em decorrência do provimento do referido recurso da empresa Titoneli Veículos Ltda. (Processo Administrativo n. 17.758/2023), onde foi analisada a proposta da empresa ora recorrente e constatado que o veículo não atendia as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

Logo, se a Secretaria afirma que o veículo apresentado pela recorrente não atende o objeto licitado, deve o presente recurso ser julgado improcedente.

Ademais, trata-se de questão estritamente técnica acerca das especificações do objeto licitado, sendo descabida qualquer análise jurídica.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas para a Juventude para ciência e manifestação final** e, após, à Comissão de Pregão I para ciência e adoção das providências necessárias à consecução do certame.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

[Assinatura]



É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 17 de outubro de 2023.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico
de Processos Administrativos
Matr. 62.773

PROCESSO Nº 24964
DATA 17/10/23
Folhas Nº 26 Rubrica Delipe

Carlos Eduardo V. IV
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matr. 63347

À Comissão de Pregão

Processo nº 24.964/2023

Pregão Eletrônico: 091/2023

Trata-se o presente de recurso administrativo intentado pela empresa EPL COMÉRCIO SERVIÇOS LTDA., de forma tempestiva, alegando seu inconformismo, aduzindo em síntese, que participou do referido pregão eletrônico com as mais estritas observâncias das exigências editalícias e logrou-se vencedora. Porém por motivos de recurso interposto pela empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA., foi encaminhado para a análise da equipe técnica, sendo destacado que as especificações divergem das solicitadas no Edital, retornando, assim, a volta da fase e convocação da próxima empresa, sendo habilitada a empresa TITONELI VEÍCULOS LTDA., insurgindo a Recorrente.

Após, a manifestação desta Secretaria às fls. 17-18, o processo foi remetido à Procuradoria Geral do Município para opinamento do recurso, o qual foi realizado conforme se demonstra às fls. 19-26, opinando àquele duto órgão pelo não provimento do recurso, devendo ser julgado improcedente.

Ultrapassados tais pontos, insta mais uma vez ressaltar que os fatos descritos no presente recurso já foram objeto de manifestação desta Pasta no processo nº 17.758/2023, onde se verificou ao analisar a proposta apresentada pela empresa EPL Comércio e Serviços Ltda., que a configuração anexada na referida proposta, NÃO se coaduna com a especificação do veículo no Termo de referência, e que não deveria sequer ser

habilitada inicialmente pois a especificação apresentada é inferior ao descrito no TR e instrumento editalício.

Ademais, tal assertiva restou corroborada pela Subsecretaria de manutenção de veículos leves às fls. 58-60 daqueles autos, restando evidente que o modelo ofertado pela empresa recorrente é inferior ao requisitado, não merecendo prosperar o Recurso Administrativo, por todo o exposto.

Assim, este Gestor em manifestação final, NÃO acatará o recurso em epígrafe, devolvendo os autos à Comissão de Pregão para as providências de estilo deste órgão.

Nova Friburgo, 6 de novembro de 2023.



Diego Asth da Silva

Secretário Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos
Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude

Matrícula: 63.262